 Prefeitura Municipal de Lucena Secretaria de Receita Municipal		DATA DA EMISSÃO 26/12/2022
INSCRIÇÃO 1.0001.434.01.0055.0000.0	SEQUENCIAL 10388052	
NOME DO CONTRIBUINTE LUCENA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA		CPF/CNPJ 02.147.572/0001-23
LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL RUA PROJETADA LOT. NOVO MILLENIUM IV, S/N , BAIRRO NOVO Cep 58315-000 Lot NOVO MILLENIUM IV Quadra 08 Lote L-11 -		
VALORES EXPRESSOS EM REAIS (R\$)		
ÁREA TERRENO(M2) 200,00	ÁREA CONSTRUÍDA(AC) (M2)	Referências do Loteamento 371 NOVO MILLENIUM IV
NATUREZA TERRITORIAL	VENC ÚNICA COM DESCONTO 28/02/2023	IPTU 2023 137,28
Taxa de Coleta de Resíduos (TCR 2023) 39,02	Taxa de Expediente 0,00	Total sem Desconto 176,30

Caro Contribuinte, como vai?

A Prefeitura Municipal de Lucena está encaminhando para você o boleto de pagamento do seu Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), referente ao exercício 2023 com Taxa de Recolhimento de Resíduos (TCR) incluída no mesmo documento.

Este carnê de pagamento inclui duas possibilidades de quitação: A primeira opção, com o IPTU/TCR em cota única e desconto de 15% (quinze por cento), com vencimento no dia 28/02/2023, utilizando o primeiro código de barras. A segunda opção, com o IPTU/TCR parcelado e sem desconto, em até 4 (quatro) vezes, com vencimentos a partir de 28/02/2023, utilizando do segundo código de barras em diante.

Além de poder pagar este boleto no Banco do Brasil, na Caixa Econômica e nas Lotéricas da Caixa, você também poderá quitá-lo em cota única via Pix, utilizando o QR code impresso.

Caso perca este documento, ou não consiga pagar até a data indicada, você, Contribuinte, poderá contatar os canais de atendimento da Secretaria de Receita de Lucena e solicitar um novo documento. Nosso número de WhatsApp é o (83) 99322-6257 (apenas mensagens) e o nosso endereço de e-mail é receita@lucena.pb.gov.br ou receita.lucena.pb@gmail.com. Outra forma de emitir um novo boleto é acessar o Portal do Contribuinte de Lucena, através do site <https://www.lucena.pb.gov.br/>.

Ao pagar o seu IPTU e a sua TCR em dia, você nos ajuda a construir uma Cidade cada vez melhor! Contamos com você!

- Há débito(s) em aberto: 2018 2019 2020 2021 2022 .

Pague a cota única via PIX



CONTRIBUINTE LUCENA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES		SEQUENCIAL 10388052	NOSSO NÚMERO 20220173827-8	VENCIMENTO 28/02/2023
PARCELA ÚNICA	IPTU 137,28	TCR 39,02	TSD 0,00	TOTAL SEM DESCONTO 176,30
				TOTAL COM DESCONTO 149,85

8168000001-9 49852454202-0 30228202201-1 73827000000-8



CONTRIBUINTE LUCENA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES		SEQUENCIAL 10388052	NOSSO NÚMERO 20220173828-6	VENCIMENTO 28/02/2023
PARCELA 1ª PARCELA	IPTU 34,32	TCR 9,75	TSD 0,00	TOTAL SEM DESCONTO 44,07
				TOTAL COM DESCONTO 44,07

81670000000-2 44072454202-6 30228202201-1 73828000000-6



CONTRIBUINTE LUCENA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES		SEQUENCIAL 10388052	NOSSO NÚMERO 20220173829-4	VENCIMENTO 31/03/2023
PARCELA 2ª PARCELA	IPTU 34,32	TCR 9,75	TSD 0,00	TOTAL SEM DESCONTO 44,07
				TOTAL COM DESCONTO 44,07

81690000000-0 44072454202-0 30331202201-3 73829000000-4



CONTRIBUINTE LUCENA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES		SEQUENCIAL 10388052	NOSSO NÚMERO 20220173830-8	VENCIMENTO 28/04/2023
PARCELA 3ª PARCELA	IPTU 34,32	TCR 9,75	TSD 0,00	TOTAL SEM DESCONTO 44,07
				TOTAL COM DESCONTO 44,07

81610000000-8 44072454202-0 30428202201-7 73830000000-2



CONTRIBUINTE LUCENA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES		SEQUENCIAL 10388052	NOSSO NÚMERO 20220173831-6	VENCIMENTO 31/05/2023
PARCELA 4ª PARCELA	IPTU 34,32	TCR 9,75	TSD 0,00	TOTAL SEM DESCONTO 44,07
				TOTAL COM DESCONTO 44,07

81630000000-6 44072454202-0 30531202201-8 73831000000-0



REMETENTE

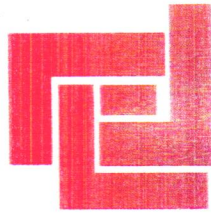
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCENA - PB
CNPJ: 08.924.813/0001-80
Endereço: Rua Américo Falcão, 736 - Centro - Lucena/PB - CEP: 58315-000
Fone: (83) 3293-1981 ou (83) 99322-6257 (apenas WhatsApp)

Q-8

DESTINATÁRIO

Inscrição : 1.0001.434.01.0055.0000.0 Sequencial : 10388052
N.Cadastro: 01434005500000 - 38805
Nome: LUCENA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA
Imóvel: RUA PROJETADA LOT. NOVO MILLENIUM IV, S/N , BAIRRO NOVO
Cep 58315-000 Lot NOVO MILLENIUM IV Quadra 08 Lote L-11 -
Entrega: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 689 SALA 105 ESTADOS Cep
58030-002 JOÃO PESSOA - PB





LUCENA

EMPREENHIMENTOS

Avenida Eptácio Pessoa, 689 - Torre - João Pessoa - PB
Fone: +55(83)3243-0625 / Email: lucenaep@hotmail.com

CONTRATO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL

LOTEAMENTO NOVO MILLENIUM IV

NOME: PATRICIA MONTEIRO DA SILVA

QUADRA: 08

LOTE(S): 11

CONTRATO PARTICULAR DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL

CONTRATO Nº 254

LOTES 11 / QUADRA 08

Pelo presente instrumento particular de **CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL**, as partes, infra qualificadas, doravante denominadas **PROMITENTE VENDEDORA: Lucena Empreendimentos e Construções Ltda.**, sociedade empresária de direito privado, inscrita sob o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº 02.147.572/0001-23, estabelecida na Rua Eugênio S. Falcão, s/n, Ponta de Lucena - Lucena - PB, tendo escritório na Av. Presidente Epitácio Pessoa, nº 689, Torre, João Pessoa- PB, neste ato representado pelo Sócio Gerente a Sr. HERMELINDA LISBOA DE CARVALHO FALCÃO, portadora do Cadastro de Pessoa Física - CPF nº 468.623.904-49, residente e domiciliado nesta capital, e de outra banda, doravante denominado simplesmente **PROMISSÁRIO COMPRADOR: o (a) Sr. (a) PATRICIA MONTEIRO DA SILVA**, brasileira, casada, tec. enfermagem, portador (a) do CPF nº 010.717.124-46 e RG nº 2494853 SSP PB, residente e domiciliado à Rua: Rua: Bento Machado, Nº 370 - MANDACARÚ - JOÃO PESSOA(PB), tem entre si, por justo e combinado, a promessa de compra e venda do imóvel abaixo especificado e individualizado, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas, as quais declaram conhecer em sua plenitude, sendo adequadas e claras, e, ainda, contendo todas informações necessárias ao bom e fiel cumprimento do presente negócio, acatando-as em seu inteiro teor nas condições a seguir expostas.

DO OBJETO DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O objeto do presente compromisso de compra e venda e a aquisição, a prazo, por parte do **PROMISSÁRIO COMPRADOR. 1(Um) Lote de terreno próprio sob o nº e 11 da quadra 08**, respectivamente, sendo considerado(s), coisa(s) certa(s) e determinada(s), "ad corpus", situado(s) no Loteamento Novo Milenium IV localizado em Lucena-PB, o lote 11 da quadra 08 medindo 10,00 (Dez metros) de largura na frente e 10,00 (Dez metros) de largura nos fundos, por 20,00 (Vinte metros) de comprimento do lado direito e 20,00 (Vinte metros) de comprimento do lado esquerdo, limitando-se pela frente com a RUA PROJETADA VL 08, lado direito com LOTE 10, lado esquerdo com LOTE 12 e nos fundos com LOTE 24, em área onde o lençol freático esta sujeito a elevação em períodos chuvosos, aprovado pela Prefeitura Municipal de Lucena - PB, registrado no Cartório de Registro de Imóveis Dr. Joselio Paulo Neto, da Comarca de Lucena-PB, sob o Número de Ordem AV-1 da matrícula nº 2423, do Livro 2-G, fls 13v em 24/05/2011 sob denominação de "NOVO MILLENIUM IV".

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O(s) lote(s) objeto(s) do presente contrato e (são) considerado(s) coisa(s) certa(s) e discriminada(s), tendo sido apenas enunciativa a referencia às suas dimensões, tratando-se, pois, de um compromisso de compra e venda "ad corpus", consoante art. 500, §3º do Código Civil.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O **PROMISSÁRIO COMPRADOR** declara que analisou o bem imóvel objeto do presente contrato, quais seja o(s) Lote(s), 11, tendo plena consciência de todas as suas características,



localizado em área litorânea, onde o lençol freático está sujeito a elevação em períodos chuvosos, não havendo nada o que reclamar.

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente contrato é celebrado entre as partes que acordam ser irretratável, não cabendo em nenhum período após a assinatura a sua denúncia unilateral, consoante os ditames do art. 25 da Lei 6.766 de 1979. Sendo, portanto, expressamente vedada a rescisão unilateral, ou seja, não é passível do direito de arrependimento.

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA

O PROMISSÁRIO COMPRADOR se obriga a pagar à PROMITENTE VENDEDORA a importância de R\$51.200,00 (Cinquenta e Um Mil, Duzentos reais).

CLÁUSULA QUARTA

O PROMISSÁRIO COMPRADOR se obriga a pagar o montante total de R\$ 51.200,00 da seguinte forma: R\$ 51.200,00 (Cinquenta e Um Mil, Duzentos reais) referente ao Lote 11 da quadra 08; perfazendo o TOTAL, o valor de R\$51.200,00 (Cinquenta e Um Mil, Duzentos reais) nas seguintes condições: R\$ 51.200,00 (CINQUENTA E UM MIL E DUZENTOS REAIS) nas seguintes condições: Através de 120 PRESTAÇÕES sendo 12X R\$ 190,00, 12X, R\$ 240,00, 12X R\$ 290,00, 12X R\$ 340,00, 12X R\$ 390,00, 12X R\$ 440,00, 12X R\$ 490,00, 12X R\$ 540,00, 12X R\$ 590,00, 12X R\$ 590,00 e mais 1 parcela de R\$ 1.000,00 para o 12º mês em caráter pró-solvente devidamente assinada em favor da PROMITENTE VENDEDORA, vencíveis, a primeira no dia 20/01/2021 e as demais sucessivas e interruptas. Pagamento até o vencimento R\$ 20,00 de desconto no boleto, corrigido anualmente pelo IGPM.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O não pagamento (atraso) de duas (02) parcelas consecutivas ou não o desconto de R\$ 20,00 (vinte reais) no boleto fica automaticamente cancelado.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Pactuam as partes que as parcelas serão reajustáveis monetariamente, a cada período de 12 (doze) meses, mensal e cumulativamente mediante a aplicação da variação do IGPM/FGV, sendo expressamente vedada aplicação deste índice negativo.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Na hipótese de proibição do uso do índice especificado na cláusula quarta, parágrafo primeiro, bem como no caso de mudança no programa de estabilização econômica do país, será aplicado qualquer outro índice oficial indicado por lei que venha a substituí-lo, sendo expressamente vedada qualquer aplicação de índice negativo.

PARÁGRAFO QUARTO

Na hipótese do parágrafo imediatamente anterior, caso não seja especificado por lei novo índice a ser aplicado ou caso haja vários índices disponíveis, deverá o PROMISSÁRIO COMPRADOR comparecer ao escritório da PROMITENTE VENDEDORA no prazo de 15 dias, a contar do primeiro dia útil após a mudança do plano econômico, sob pena de ter como aceito o índice escolhido e aplicado pela PROMITENTE VENDEDORA. Na hipótese de impossibilidade de comparecimento, deverá ser comunicado a PROMITENTE VENDEDORA, através de carta com AR, para que haja prorrogação do prazo por igual período, sob pena de acatamento do índice escolhido.

CLÁUSULA QUINTA

O PROMISSÁRIO COMPRADOR poderá resgatar antecipadamente todas as parcelas vincendas, gozando do desconto mínimo de 2% (dois por cento) ou outro melhor, ajustado no momento do resgate conforme acordado entre as partes.



CLÁUSULA SEXTA

No caso de atraso no que tange ao adimplemento das parcelas ajustadas na cláusula quarta o **PROMISSÁRIO COMPRADOR** arcará com a cláusula penal moratória (multa) no valor de 2% (dois por cento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mes, além do valor principal e da correção monetária conforme IGPM/ FGV.

DA RESERVA DE DOMÍNIO

CLÁUSULA SÉTIMA

A **PROMITENTE VENDEDORA** reserva para si o direito de propriedade do bem imóvel até que sejam integralmente adimplidas todas as prestações, ou seja, até que o preço seja integralmente pago, bem como as demais obrigações contratuais pactuadas entre os contratantes.

DA POSSE

CLÁUSULA OITAVA

O **PROMISSÁRIO COMPRADOR** será imitido na posse, a título precário, desde logo, do(s) lote(s) ora prometido(s) em venda, reconhecendo, porém, o domínio e propriedade da **PROMITENTE VENDEDORA** sobre o(s) lote(s), até que seja(m) outorgada(s) a(s) escritura(s) definitiva(s) de compra e venda e o registro; até que seja implantado o sistema de ampliação do fornecimento de água pela concessionária será doado um poço tubular de 06 (seis) metros, sendo certo que o **PROMISSÁRIO COMPRADOR** só poderá fazer benfeitorias ou construir com a quitação de no mínimo 20% (vinte por cento) do total do contrato; fica terminantemente proibida a construção de casa de taipa.

PARÁGRAFO ÚNICO

No que tange as obrigações impostas à **PROMITENTE VENDEDORA**, poderão ser prorrogadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior pelo período concedido originariamente, a partir do momento da cessação, não havendo que ser cobrada nenhuma multa, nem quaisquer penalidades.

CLÁUSULA NONA

Deverá o **PROMISSÁRIO COMPRADOR**, antes de qualquer construção e execução de qualquer benfeitoria e/ou acessões no(s) lote(s) objeto(s) deste contrato, ouvir a **PROMITENTE VENDEDORA** sobre a exata localização do(s) seu(s) lote(s), não se responsabilizando esta em caso de inobservância da consulta de localização, pelos erros ou enganos dos construtores quanto à perfeita posição e dimensão do terreno, mesmo que a construção ocorra depois da escritura definitiva.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Se em razão da inobservância da cláusula nona o **PROMISSÁRIO COMPRADOR** construir em local diverso do(s) seu(s) lote(s) será responsabilizado e deverá ressarcir possíveis prejuízos causados, não cabendo quaisquer espécies de responsabilização, tampouco, de indenização pela **PROMITENTE VENDEDORA**, que se dispõe a identificar a exata localização dos lotes objeto do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Para qualquer construção no imóvel objeto deste Contrato, caso necessário aprovação da Prefeitura ou de quaisquer outros órgãos público, deverá o **PROMISSÁRIO COMPRADOR** obtê-la; se houverem outras possíveis exigências legais ou contratuais serão de inteira responsabilidade do **PROMISSÁRIO COMPRADOR**, cabendo ao mesmo o pagamento de qualquer multa ou cominação pelo descumprimento.



DOS TRIBUTOS

CLÁUSULA DÉCIMA

Todos os impostos, taxas, contribuições existentes ou quaisquer tributos que venham recair sobre o(s) lote(s) ora prometido(s) em venda, ou quaisquer despesas a ele(s) referente(s), correrão desta data em diante, por conta exclusiva do PROMISSÁRIO COMPRADOR que se compromete a pagá-los em dia, mesmo que sejam lançados em nome da PROMITENTE VENDEDORA ou de terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO

Caso sejam lançados quaisquer tributos referentes à área superior ao(s) lote(s) prometidos em venda, deverá ser feito ajuste para que o PROMISSÁRIO COMPRADOR apenas pague a fração referente ao seu lote.

DA CESSÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Fica assegurado ao PROMISSÁRIO COMPRADOR o direito de cessão do presente contrato, desde que feita com prévia e expressa anuência da PROMITENTE VENDEDORA ou a quem esta delegar poderes para tal fim. Pagará o atual PROMISSÁRIO COMPRADOR na ocasião da transferência a taxa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do total do(s) lote(s) de terreno(s), usando como base o preço da tabela vigente da PROMITENTE VENDEDORA, já que diferentemente do valor a princípio pactuado nesse contrato pode ter sido objeto de valorização quando no momento da cessão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

É facultada a cessão contratual pelo PROMISSÁRIO COMPRADOR, para terceiros, desde que, seja comunicado a PROMITENTE VENDEDORA com antecedência de 30 (trinta) dias e seja previamente aprovado o cadastro dos cessionários e expressamente autorizada por esta.

DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os ora contratantes, no uso da liberdade contratual e da livre iniciativa, que lhes asseguram o Artigo 1º, inciso IV, Artigo 5º inciso XXXVI e do Artigo 170, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, declaram e reconhecem que os critérios de correção monetária, periodicidade do reajustamento, atualização das obrigações e o direito a antecipação e amortização antecipada parcial ou total do saldo devedor, ajustados por este contrato, estão sendo pactuados em um momento político, social e econômico de pretensão à declarada "estabilidade da economia nacional" inclusive e, especialmente, com vistas à estabilização dos preços dos insumos utilizados pela indústria da construção civil.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Se, por qualquer motivo, na vigência deste contrato, não ocorrer à efetiva estabilidade de preços e da economia, como um todo, será necessário revisar e atualizar o preço deste contrato, referente às parcelas vincendas e do saldo devedor deste contrato, objetivando restabelecer-se o almejado equilíbrio econômico e financeiro contratual, de modo a evitar-se locupletamento ilícito de uma das partes.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

A PROMITENTE VENDEDORA e o PROMITENTE COMPRADOR (A,ES) pactuaram a regra de reajustamento monetário e de revisão de preços porque reconhecem, e por isso, se obrigam expressamente:

DA MORA E INADIMPLENTO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

O atraso no pagamento de qualquer parcela do preço sujeitará o PROMITENTE COMPRADOR(A,ES) a pagar a PROMITENTE VENDEDORA:

- a) O valor da dívida vencida, reajustada monetariamente pelo indexador eleito conforme a cláusula oitava deste contrato, acrescida da variação "pro-rata" entre o dia do vencimento e o dia do mês em que fizer o pagamento;
- b) Juros de mora de 1% ao mês, calculado sobre o valor do débito corrigido monetariamente de acordo com o índice nacional da construção civil, ou, em substituição, o índice adotado pelos agentes do sistema financeiro de habitação para financiamento de empreendimentos imobiliários equivalentes ao do presente contrato, desde a data do vencimento e até o efetivo pagamento
- c) Multa moratória de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor da dívida reajustada monetariamente, conforme item b desta cláusula e honorários de advogado na ordem de 20% (vinte por cento) sobre o débito, de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

As sanções serão automaticamente aplicadas tão so e pelo não pagamento no vencimento de qualquer parcela, sem dependência de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo das cominações do presente contrato, entendido que o recebimento de parcelas em atraso, pela PROMITENTE VENDEDORA, de preposto, de banco ou procurador, não constituirá novação ou renúncia das estipulações e garantias previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

A falta de pagamento de 03 (três) parcelas do preço de vencimentos mensais e consecutivos, ou qualquer uma delas por prazo superior a 90 (noventa) dias, implicará automática resolução da presente promessa de compra e venda, conforme dispõe o art. 127, parágrafo único, do Código Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

O PROMITENTE COMPRADOR(A,ES) fica de logo ciente de que, havendo rescisão contratual decorrente da inadimplência total ou parcial das parcelas previstas nas cláusulas terceira e quarta deste contrato, lhe serão restituídos os valores pagos, atualizados com base no índice contratualmente estabelecido para a correção monetária das parcelas do preço do imóvel, com as deduções das quantias referentes aos seguintes itens:

- a) Os valores correspondentes a eventual fruição do imóvel, no percentual de 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) sobre o valor atualizado do contrato, cujo prazo será contado a partir da data da transmissão da posse do imóvel ao PROMITENTE COMPRADOR até sua restituição à PROMITENTE VENDEDORA;
- b) O montante devido por cláusula penal e despesas administrativas, no percentual de 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato;
- c) Os encargos moratórios relativos às prestações pagas em atraso pelo PROMITENTE COMPRADOR;
- d) Os débitos de impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana, contribuições condominiais, associativas ou outras de igual natureza que sejam a estas equiparadas e

tarifas vinculadas ao lote, bem como tributos, custas e emolumentos incidentes sobre a restituição e/ou rescisão, além das despesas com promoção de publicidade, despesas com administração e cobrança (advogado/cartório de protesto/custas judiciais);

e) A comissão de corretagem, especificada no quadro-resumo supra.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA

O pagamento da restituição (caso haja valor remanescente) ocorrerá em até 12 (doze) parcelas mensais, com início após o seguinte prazo de carência:

- a) Em loteamentos com obras em andamento: no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após o prazo previsto em contrato para conclusão das obras;
- b) Em loteamentos com obras concluídas: no prazo máximo de 12 (doze) meses após a formalização da rescisão contratual.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA

No caso de o valor pago pelo PROMITENTE COMPRADOR não ser suficiente para ressarcimento dos custos contratuais referidos, a PROMITENTE VENDEDORA poderá cobrar a complementação do reembolso dos referidos custos, desde que a PROMITENTE VENDEDORA comprove os valores efetivamente pagos, objeto do negócio realizado.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA SEGUNDA

Constituem-se, ainda, em causas para resolução, de pleno direito do presente contrato:

- a) A existência de execução ou qualquer procedimento individual contra PROMITENTE COMPRADOR(A,ES), que venha a afetar os direitos e ou obrigações inerentes a este contrato, ou que tenha repercussão no seu patrimônio, reduzindo ou tornando duvidosa a possibilidade de cumprir as obrigações ora estipuladas;
- b) A cessão, por qualquer motivo, dos direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem a indispensável e prévia anuência do PROMITENTE VENDEDORA, por escrito.
- c)

CLÁUSULA VIGÉSSIMA TERCEIRA

Rescindido o presente contrato e procedido em consequência o cancelamento da venda, inclusive nos órgãos competentes, fica, ainda, o (s) PROMITENTE COMPRADOR(A,ES), expressamente obrigado (s):

- a) A restituir(erm) imediatamente o imóvel e a imediata reintegração de posse a PROMITENTE VENDEDORA (CC, art. 505);
- b) As benfeitorias e/ou acessões realizadas no imóvel serão mensuradas por dois corretores avaliadores contratados pela PROMITENTE VENDEDORA, devendo estes serem remunerados pelo PROMISSÁRIO COMPRADOR, caso contrário, que seja descontada a respectiva remuneração no momento da resolução contratual;
- c)

PARÁGRAFO ÚNICO

Ciente o PROMITENTE COMPRADOR (A,ES) de que a resolução contratual verificar-se-á automaticamente, quando do término do prazo da medida premonitória prevista pelo Decreto Lei 745/69, uma vez que a natureza da decisão que vier a reconhecer a resolução contratual é simplesmente declaratória, a retenção da unidade autônoma pelo PROMITENTE COMPRADOR(A,ES) no período compreendido entre a data do término do prazo da notificação e a data da efetiva reintegração do PROMITENTE VENDEDORA na posse da unidade autônoma objeto deste contrato, sujeitará o PROMITENTE COMPRADOR(A,ES) ao pagamento a título de pena compensatória pela ocupação indevida, a quantia diária em reais, à época, equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) do valor atualizado do contrato, até a efetiva reintegração do PROMITENTE VENDEDORA, na posse do imóvel.



DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA VIGÉSSIMA TERCEIRA

Será constituído em mora o PROMISSÁRIO COMPRADOR, através de interpelação judicial ou extrajudicial feita pela PROMITENTE VENDEDORA, caso aquele se torne inadimplente de quaisquer parcelas ou obrigações, sendo considerado resolvido o contrato após 30 dias da constituição em mora do devedor, consoante art. 14 do Decreto Lei 58/37.

PARÁGRAFO ÚNICO

Constituído em mora o PROMISSÁRIO COMPRADOR, a PROMITENTE VENDEDORA terá a possibilidade após os 30 dias da notificação da mora de promover a reintegração de posse, e/ou resolução contratual independentemente de novas comunicações, nos termos do presente contrato, bem como por acordo.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA QUARTA

Infringida pelo PROMISSÁRIO COMPRADOR quaisquer das cláusulas do presente contrato, e, especialmente, em caso de atraso de pagamento das parcelas (cláusula quarta) ou de falta de pagamento de impostos, taxas, contribuições e tributos em geral referentes ao(s) lote(s) citado(s) neste contrato (cláusula décima), a PROMITENTE VENDEDORA constituirá em mora o PROMISSÁRIO COMPRADOR e terá opção de exigir o cumprimento das obrigações, e/ou promover a resolução deste contrato no prazo de 30 dias.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA QUINTA

Também será resolvido o presente contrato, com atraso de pagamento superior a 3 meses, determinando-se, imediata resolução consoante disposições do decreto lei N° 6.766/79, art.26, V.

CLAUSULA VIGÉSSIMA SEXTA

O não cumprimento do estipulado nas cláusulas anteriores resultará em resolução plena e imediata do presente contrato, caracterizando o esbulho que sujeitará o PROMISSÁRIO COMPRADOR a ação de reintegração de posse, prevista no artigo 926 e seguintes do código de processo civil, aqui expressamente aceita como meio idóneo; ficando sujeito o PROMISSÁRIO COMPRADOR a protesto em cartório, inclusão em SPC e SERASA, como também nas custas processuais, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa e honorários advocatícios, este na base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

CLÁUSULA VIGÉSSIMA SÉTIMA

Conforme acordado entre as partes contratantes, informa-se desde já que em razão de futuro inadimplimento, relativo ou absoluto do presente contrato, poderão ser geradas notificações com os dados da obrigação inadimplida que serão remetidas ao PROMISSÁRIO COMPRADOR, bem como ao seu CONJUGE, independentemente deste figurar como contratante, tendo o escopo de simplesmente informar evitando maiores prejuízos, e buscando agir com transparência, lealdade, equilíbrio e harmonia recíproca.

PARÁGRAFO ÚNICO

O PROMISSÁRIO COMPRADOR, consente, desde já, que as devidas notificações sejam enviadas ao seu conjugue, independentemente de figurar como contratante, não caracterizando tal fato em quaisquer espécies de violação ao direito da personalidade.

DA ESCRITURA E DO REGISTRO

CLÁUSULA VIGÉSSIMA OITAVA

Após o pagamento do preço ora ajustado, bem como o cumprimento de todas as demais obrigações aqui pactuadas o PROMISSÁRIO COMPRADOR obriga-se dentro de 90 (noventa) dias contados da data do pagamento da última prestação e recebimento efetivo de todos os valores devidos à PROMITENTE VENDEDORA, processar na Prefeitura e demais Repartições e



Cartórios de Registros Públicos, para ser lavrada e assinada a escritura definitiva e registro, correndo por sua conta (PROMISSÁRIO COMPRADOR) o imposto de transmissão, as provas de quitação de todos os tributos relativos ao período de vigência do presente contrato, além de todas as despesas de escritura, bem como quaisquer outros tributos e custos, inclusive, cartorários, além das demais exigências legais. Ficando acordado que a escritura definitiva e registro serão lavrados em Cartório indicado pelo PROMITENTE VENDEDOR, bem como que os termos da mesma obedecerão à minuta-padrão fornecida.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para o cumprimento da cláusula supra, obriga-se a PROMITENTE VENDEDORA a entregar ao PROMISSÁRIO COMPRADOR todas as certidões e documentos exigidos pelo Poder Público, de sua responsabilidade, necessários para que seja efetivada a escrituração e registro do imóvel.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA


O presente instrumento obriga as partes seus herdeiros e eventuais sucessores, de acordo com o art. 29 da Lei 6.766/79 a cumprir fielmente o presente contrato, todas as cláusulas aqui especificadas, direitos e obrigações, sendo nula qualquer disposição em contrário, sob pena da PROMITENTE VENDEDORA não honrar com as obrigações impostas na cláusula décima nona, em especial o parágrafo único, bem como realizar a resolução contratual com suas devidas penalidades.


CLÁUSULA TRIGÉSIMA

Fica eleito o Foro da Comarca de Lucena para dirimir qualquer demanda oriunda do presente, por mais privilegiado que outro se apresente, renunciando-se desde já, os domicílios das partes.

E, por estarem assim justos, declarando conhecer em sua plenitude as cláusulas adequadas e claras, com todas as informações necessárias ao bom e fiel cumprimento do presente negócio, firmam o presente contrato e assinam em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, para que surta os efeitos legais.

Lucena - PB, 14 de setembro de 2020.


LUCENA EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA
Sócio Gerente: NOME


PATRÍCIA MONTEIRO DA SILVA
PROMISSÁRIO COMPRADOR

TESTEMUNHA 1
CPF:

TESTEMUNHA 2
CPF: